DEMOSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIO2022

TANGER

TANGER SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

1. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhor Acionista,

Apresentamos as demonstrações contábeis da Tanger Sociedade de Crédito Direto S.A. relativas ao exercício findo em 31.12.2022, de acordo com os dispositivos estatutários e legais estabelecidos pelos órgãos reguladores, inclusive o Banco Central do Brasil (Bacen).

As informações, são expressas em moeda corrente nacional e foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, associadas às normas do Banco Central do Brasil - BCB, quando aplicável.

A Tanger Sociedade de Crédito Direto S.A. com sede e foro em Lins, estado de São Paulo, localizada na Avenida Floriano Peixoto, 1777, Sala 04, CEP 16400-101, é uma empresa de capital fechado, registrada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o número 34.846.868/0001-29, estruturada organizacionalmente para atender ao seu "Core Business", que é trabalhar seus recursos financeiros através de instrumentos devidamente regulamentados, de modo a utilizá-los de forma otimizada, rentável e ética.

O escopo de atuação da TANGER SCD é financeiro, por meio de concessão de crédito para pessoas físicas na modalidade de Crédito Direto/ Empréstimo Pessoal o que pode ser observado em sua carteira que, em dezembro de 2022, tinha 100,00% de sua composição em negócios com esse público.

A Tanger Sociedade de Crédito Direto S.A., de capital fechado, não possui Conselho de Administração e Conselho Fiscal. A Diretoria Executiva é composta de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 6 (seis) Diretores, sendo 1 (um) Diretor Presidente e os demais Diretores sem designação especial, destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, acionistas ou não, com mandato de 36 (trinta e seis) meses, permitida a reeleição.

No decorrer de 2022 tivemos a renúncia do então Diretor de Governança e Conformidade, Alexandre Lemos, sendo eleita Michele Madi Ribeiro para assumir a Gestão de PLDFT. Devido a alguns pontos da governança de PLDFT não estarem aderentes à legislação, e para cumprimento da política, dos procedimentos e dos controles internos de PLD/CFT, foi contratada consultoria externa especializada para auxiliar na reformulação do programa de PLDFT da instituição.

2. DESTAQUES ECONÔMICO-FINANCEIROS

O mercado de crédito pessoal no Brasil acompanha o desenvolvimento do Brasil e facilita o consumo de milhões de cidadãos e empresas. Diante de tamanha importância, é possível destacar muitos pontos a respeito da sua evolução ao longo da história no país.

Nesse cenário, também estão os desafios econômicos decorrentes de cada período. O controle da inflação e da taxa de juros, por exemplo, são alguns deles. Atualmente, a oscilação de índices como esses têm alterado os modos de consumo da sociedade assim como outros fatores como os efeitos da pandemia.

A Taxa Selic, que basicamente se refere ao "custo do dinheiro", transforma os hábitos da população de diferentes formas. A projeção mais recente, em 13,75%, tem contribuído para a redução das compras. Afinal, quanto mais alta a Selic é, mais caro é o crediário, o que afasta os cidadãos das aquisições.

A inflação segue persistente no Brasil e a conjuntura econômica sugere que a sua desaceleração será mais devagar ao longo deste ano. O Relatório de Mercado – Focus do BC, projeta que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) seja de 5,74% em 2023 e as provisões para acomodar o aumento da inadimplência, seja hoje nossa maior preocupação.

3. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2022, o Patrimônio Líquido atingiu R$ 3.883.099 variação negativa de -8,44% na comparação com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em virtude do prejuízo acumulado de R$ 358.067,00

4. GESTÃO DE RISCOS

Nosso processo de Gestão de Riscos é compatível com a natureza de nossas operações, com a complexidade dos nossos produtos, serviços, atividades, procedimentos e sistemas, bem como com a dimensão de nossa exposição aos riscos, permitindo o seu adequado gerenciamento.

Na nossa visão, a forma de atuação praticada permite unir as preocupações de crescimento do negócio, sustentabilidade e perenidade com relação ao risco das operações. Dessa maneira, considerando seus critérios de gradação, consideramos que a TANGER SCD possui RISCO BAIXO em todos os fatores, visto que:

- Atuação Geográfica: A atuação da TANGER SCD se dá na cidade de Lins, interior do Estado de São Paulo;
- Atividade Fim: O rol de atuação da TANGER SCD se restringe ao âmbito do disposto na Res. CMN 4.656/2018. Assim, é vedada à TANGER SCD explorar atividades ou serviços financeiros que não estejam previstos na referida resolução. O escopo de atuação da TANGER SCD é financeiro, por meio de concessão de crédito para pessoas físicas na modalidade de Crédito Direto/ Empréstimo Pessoal;
- Quantidade de Entidades/ Agências/ Correspondentes: A TANGER SCD somente possui a sua sede, localizada na cidade de Lins, interior do Estado de São Paulo. Não há filiais ou representações em outros locais do Estado, nem em outra Unidade da Federação;
- Movimentação Financeira: A TANGER SCD não possui conta-depósito e não faz parte do Sistema Brasileiro de Pagamento. As movimentações da TANGER SCD ocorre por meio de instituições financeiras bancárias terceiras autorizadas a funcionar pelo BCB, que também são submetidas ao mesmo marco regulatório de prevenção à lavagem de dinheiro e são responsáveis, principalmente, pelos controles que envolvem transações e movimentações financeiras; e
- Zona de Fronteira Internacional: O Estado de São Paulo não possui fronteira internacional com outros países.

5. RELATÓRIO DA OUVIDORIA - CANAIS DE ATENDIMENTO

A Ouvidoria da Tanger SCD tem como missão ouvir, mediar e esclarecer demandas, cujas soluções apresentadas não atenderam à expectativa de nossos clientes. Está disponível através discagem gratuita pelo telefone 0800 772-4600 e através do email ouvidoria@tanger.com.br. Conforme nosso Relatórios de Ouvidoria não ocorreram ocorrências em todo o exercício de 2022.

6. INDÍCIOS DE ILICITUDES

O Canal de Denúncias, disponível ao público interno e externo, disponível 24 horas por dia em nosso site www.tanger.com.br/denuncias, é uma ferramenta de comunicação segura, transparente, independente e imparcial e, se desejada, anônima, para o reporte de violações ou suspeita de descumprimento de qualquer um dos pontos descritos em nossas políticas e/ou da legislação vigente. No exercício de 2022 não tivemos nenhuma comunicação de indício de ilicitude nos canais e meios destinados a tal fim.

7. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

A Tanger SCD continua com o compromisso no conjunto de padrões e boas práticas que possibilitam a empresa a cumprir sua missão de forma consciente, sustentável e transparente. Temos como objetivo atuar em consonância com os tratados, acordos, pactos e convenções nacionais e internacionais sobre meio ambiente e responsabilidade social nos quais o Tanger SCD consta como signatário. Buscamos

combater quaisquer práticas que não estejam em conformidade legal, que se mostrem vinculadas a ações de favorecimento pessoal ou que caracterizem situações de corrupção ou suborno. Além de manter os colaboradores informados sobre os valores da empresa e a Governança da Organização.

Governança
A Diretoria conduz o processo de tomada de decisões relacionadas ao estabelecimento e à revisão da Política de Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos, assim como, é responsável pela implementação, monitoramento e avaliação das ações com vistas à efetividade da PRSAC, em conformidade com a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.945 de 2021.

Responsabilidades
A gestão deve ser exercida de modo compartilhado e integrado. Compete ao diretor responsável assegurar a aderência da Tanger SCD à PRSAC e às ações com vistas à sua efetividade.

Divulgação
A instituição atua na disseminação interna e externa da PRSAC e capacitação de todas as áreas envolvidas no processo, garantindo o gerenciamento dos riscos de maneira abrangente e robusta.

Acompanhamento da efetividade das diretrizes
A auditoria interna da Tanger SCD é responsável pelo monitoramento do cumprimento das ações com vistas a efetividade da PRSAC, a fim de propor melhorias contínuas nos processos.

8. RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em cumprimento das regulamentações vigentes a Tanger Sociedade de Crédito Direto S.A. é auditada pelas instituições abaixo:

• LDG – Auditoria, Consultoria Contábil e Gestão Empresarial Ltda.
Realiza a auditoria analisando os procedimentos de controles internos da companhia, sua complexidade e atividades econômicas.

• Approach Auditores Independentes
Realiza a auditoria independente (auditoria externa) das demonstrações financeiras e contribui para maior transparência nas ações da cooperativa.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

9. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Tanger Sociedade de Crédito Direto S.A. declara que discutiu, revisou e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as informações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

10. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas, parceiros e colaboradores pelo comprometimento e pela dedicação e aos nossos clientes pela confiança que nos motivam a fazer sempre melhor. A todos, nossos sinceros agradecimentos.

Lins/SP, 28 de março de 2023.

Marco Andrei Martins Domingues
Diretor Presidente

Tanger Sociedade de Crédito Direto S/A
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em reais

Ativo	Nota Explicativa	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	**4**	26.306	25.163
Títulos e valores mobiliários	**5**	2.738.559	2.561.154
Operações de crédito			
Operações de crédito	**6**	1.766.904	2.295.367
(-) Provisão p/ crédito líq. duvidosa	**6**	(513.679)	(504.285)
Outros créditos		4.737	14.036
Outros valores e bens		2.028	2.055
Total do ativo circulante		4.024.855	4.393.490
Não circulante			
Intangível		22.137	15.239
Total do ativo não circulante		22.137	15.239
Total do ativo		4.046.992	4.408.729

Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	2022	2021
Circulante			
Fornecedores		3.075	6.662
Impostos e contribuições a recolher	**7.1**	66.413	70.726
Salários e encargos a pagar	**7.2**	94.405	90.175
Total do passivo circulante		163.893	167.563
Patrimônio líquido			
Capital social	**8**	5.000.000	5.000.000
Prejuízos acumulados	**9**	(1.116.901)	(758.834)
Total do patrimônio líquido		3.883.099	4.241.166
Total do passivo e patrimônio líquido		4.046.992	4.408.729

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

TANGER
TANGER SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Tanger Sociedade de Crédito Direto S/A

Demonstrações do Resultado e Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em reais

	Nota Explicativa	2022		2021	
		2° Semestre	2022	2° Semestre	2021
Receita líquida da intermediação financeira					
Operações de crédito	**10.1**	815.462	1.743.128	889.145	1.602.963
Títulos e valores mobiliários	**10.2**	171.951	311.681	89.460	130.430
Prestação de outros serviços		59.700	133.525		
Outras receitas operacionais		12.069	20.794	23.188	23.296
		1.059.182	2.209.128	1.001.793	1.756.689
Despesa de intermediação financeira					
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(377.899)	(804.887)	(426.208)	(579.032)
Resultado líquido da intermediação financeira		681.283	1.404.241	575.585	1.177.657
Outras receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas		(699.642)	(1.548.748)	(815.548)	(1.302.105)
Despesas tributárias		(972)	(972)	(884)	(1.768)
Outras despesas operacionais		(53.513)	(112.293)	(46.619)	(82.564)
Resultado antes do impostos de renda e contribuição social e participação nos lucros		(72.844)	(257.772)	(287.466)	(208.780)
Imposto de renda - corrente	**11**	(38.042)	(66.802)	(19.107)	(46.956)
Contribuição social - corrente	**11**	(18.459)	(33.493)	(11.067)	(25.646)
Resultado do semestre/exercícios		**(129.345)**	**(358.067)**	**(317.640)**	**(281.382)**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	2022		2021	
	2° Semestre	2022	2° Semestre	2021
Resultado do exercício	(129.345)	(358.067)	(317.640)	(281.382)
Outros componentes do resultado abrangente				
Resultado abrangente total	**(129.345)**	**(358.067)**	**(317.640)**	**(281.382)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

TANGER
TANGER SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Tanger Sociedade de Crédito Direto S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em reais

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2020	5.000.000	(477.452)	4.522.548
Resultado do período		36.258	36.258
Em 30 de junho de 2021	5.000.000	(441.194)	4.558.806
Resultado do período		(317.640)	(317.640)
Em 31 de dezembro de 2021	5.000.000	(758.834)	4.241.166
Resultado do período		(228.722)	(228.722)
Em 30 de junho de 2022	5.000.000	(987.556)	4.012.444
Resultado do período		(129.345)	(129.345)
Em 31 de dezembro de 2022	5.000.000	(1.116.901)	3.883.099

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

Tanger Sociedade Crédito Direto S/A
Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em reais

	2022		2021	
	2º semestre	2022	2º semestre	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício	(129.345)	(358.067)	(317.640)	(281.382)
Provisão para operações de crédito	(61.689)	9.394	345.433	498.256
Depreciações e amortizações	1.421	3.166	1.124	1.938
	(189.613)	**(345.507)**	**28.917**	**218.812**
(Aumento) diminuição em ativos operacionais				
Títulos e valores mobiliários	(110.498)	(177.405)	130.173	521.024
Operações de crédito	310.101	528.463	(202.243)	(1.123.598)
Outros créditos	8.977	9.299	23.769	522
Outros valores e bens	(951)	27	(540)	1.088
Aumento (diminuição) em passivos operacionais				
Fornecedores	(1.974)	(3.587)	6.662	6.662
Impostos e contribuições	(5.570)	(4.313)	(9.564)	51.893
Salários e encargos a pagar	(425)	4.230	2.832	52.350
Caixa líquido das atividades operacionais	**10.047**	**11.207**	**(19.994)**	**(271.247)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo intangível	(10.064)	(10.064)	(9.311)	(9.311)
Caixa líquido das atividades de investimentos	**(10.064)**	**(10.064)**	**(9.311)**	**(9.311)**
Variação das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa	**(17)**	**1.143**	**(29.305)**	**(280.558)**
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do período	**26.323**	**25.163**	**54.468**	**305.721**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	**26.306**	**26.306**	**25.163**	**25.163**
Variação das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa	**(17)**	**1.143**	**(29.305)**	**(280.558)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A TANGER SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A, é uma sociedade anônima de capital fechado cujo produto principal é o crédito ao consumidor do varejo pessoa física, fundada em 12/09/2019, tem sede e foro jurídico na Cidade de Lins, no Estado de SP, na Avenida Floriano Peixoto, número 1.777, sala 04, Jardim Ariano.

Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Resolução CMN n° 4.656/2018, que dispõe sobre a sociedade de crédito direto e a sociedade de empréstimos entre pessoas e disciplina a realização de operações de empréstimos e de financiamentos entre pessoas por meio de plataforma eletrônica, alterada pela Resolução CMN n° 4.792/2020 e pela Resolução BCB n° 4.122, que disciplina os requisitos e procedimentos para a autorização de constituição e funcionamento, do Conselho Monetário Nacional, pela Lei nº 6.404/1976, que dispõe sobre sociedades por ações.

A TANGER SCD tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio;

(ii) Prestação de serviços de análise de crédito e cobrança, bem como atuação como representante na distribuição de seguros relacionados as operações mencionadas no item (i); e

(iii) Participação no capital de outras sociedades como sócio ou acionista, exceto instituições financeiras.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 22/03/2023.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

(CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis. A Administração da Companhia monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN n° 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN n° 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular n° 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB n° 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração do Resultado a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Companhia:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Companhia iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 "Novo Coronavírus"

A Administração avaliou a capacidade de a companhia continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da companhia no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A Tanger Sociedade de Crédito Direto S/A junto aos seus diretores, colaboradores e a comunidade estão agindo de modo que se evite a propagação do Novo Coronavírus, seguindo todas as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

A Tanger Sociedade de Crédito Direto S/A diante da pandemia de Coronavírus tomou algumas medidas para o seu enfrentamento em 2021. A principal foi o adiamento do início das vendas de seu único produto, que é o crédito pessoal, que no escopo inicial iniciaria em abril/2020 e só começou em agosto/2020 após o Ministério da Economia e o Banco Central anunciarem diversas medidas para movimentar a economia, mantê-la ativa e ajudar trabalhadores e empresários durante esse momento. Paralelo a isso, seguimos os devidos protocolos sanitários e da saúde.

3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, Resoluções do Conselho Monetário Nacional e Normativos do Banco Central do Brasil.

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso da receita bruta.

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos à vista, sob aviso e a prazo

Os depósitos pós e pré-fixados estão atualizados até a data do balanço pelos índices contratados.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

k) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

l) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a sociedade tem uma obrigação presente legal ou implícita como

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Companhia tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos (se houver). Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido quando for o caso. Nesse caso o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

Impostos correntes

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro real anual.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do período.

Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferido ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com os prazos inferiores a 360 dias são classificados no circulante e aqueles com prazos superiores, no não circulante.

r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

A rápida e repentina propagação da epidemia do Novo Corona Vírus (Covid-19) está causando a paralisação de vários setores produtivos e comerciais, além de confinar pessoas e fragilizar a economia mundial. Entre os diversos riscos e incertezas aos quais a sociedade está sujeita, aguarda-se do governo, medidas Econômicas Fiscais que visem assegurar o cumprimento e sequência de seus objetivos Sociais e Estatutários.

A diretoria considerou todos os fatos e eventos que ocorreram entre a data das demonstrações e a data da sua autorização para conclusão, não havendo eventos que requeiram ajustes em suas demonstrações contábeis.

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

		2022	2021
Caixa e depósitos bancários	(a)	26.306	25.163
		26.306	**25.163**

(a) Referem-se as operações com disponibilidade imediata ou cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários - CDI à taxa de 100% do CDI. A aplicação automática refere-se à aplicação padrão do Santander (Contamax), utilizada para movimentação e resgate financeiro.

Esses títulos possuem seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até a data do balanço e ajustado pelo valor de mercado, sendo este ajuste lançado em conta específica do resultado do exercício.

Instituição	Tipo de aplicação	2022	2021
Banco Santander	Aplicação automática	65.070	39.110
Banco Santander	Renda fixa	2.673.489	2.522.044
Total		**2.738.559**	**2.561.154**

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

6 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Instituição	2022	2021
Operações de crédito	1.766.904	2.295.367
(-) Provisões para Operações de Crédito	(513.679)	(504.285)
Total	**1.253.225**	**1.791.082**

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
A	0,50%	Normal	804.025	804.025	(4.020)	1.204.194	(6.021)
A	0,50%	Vencidas					
B	1%	Normal	143.864	143.864	(1.439)	203.771	(2.038)
B	1%	Vencidas	10.960	10.960	(110)	14.144	(141)
C	3%	Normal	98.110	98.110	(2.943)	132.095	(3.963)
C	3%	Vencidas	25.039	25.039	(751)	23.686	(711)
D	10%	Normal	57.532	57.532	(5.753)	88.520	(8.852)
D	10%	Vencidas	35.089	35.089	(3.509)	36.733	(3.673)
E	30%	Normal	31.197	31.197	(9.359)	44.663	(13.399)
E	30%	Vencidas	34.493	34.493	(10.348)	35.146	(10.544)
F	50%	Normal	20.577	20.577	(10.289)	38.788	(19.394)
F	50%	Vencidas	47.631	47.631	(23.816)	45.443	(22.722)
G	70%	Normal	13.084	13.084	(9.159)	14.280	(9.996)
G	70%	Vencidas	43.837	43.837	(30.686)	36.907	(25.835)
H	100%	Normal	31.768	31.768	(31.768)	51.744	(51.744)
H	100%	Vencidas	369.698	369.698	(369.731)	325.253	(325.253)
Total Normal			**1.200.157**	**1.200.157**	**(74.730)**	**1.778.055**	**(115.406)**
Total Vencidos			**566.747**	**566.747**	**(438.950)**	**517.312**	**(388.879)**
Total Geral			**1.766.904**	**1.766.904**	**(513.679)**	**2.295.367**	**(504.285)**
Provisões			**(513.679)**	**(513.679)**		**(504.285)**	
Total Líquido			**1.253.225**	**1.253.225**		**1.791.082**	

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Resumo - Aging List	Classificação	Provisão	Total em 31/12/2022
Atraso zero	AA		1.508.040
0 a 14 dias de atraso	A	0,5%	38.828
15 a 30 dias de atraso	B	1,0%	37.433
31 a 60 dias de atraso	C	3,0%	52.732
61 a 90 dias de atraso	D	10,0%	169
91 a 120 dias de atraso	E	30,0%	3.615
121 a 150 dias de atraso	F	50,0%	80.713
151 a 180 dias de atraso	G	70,0%	
acima de 180 dias de atraso	H	100,0%	45.375
			1.766.904

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

	31/12/2022	
Descrição	**Empréstimos/TD**	**% da Carteira**
Pessoa Física	1.766.904	100%

e) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	2022	2021
Saldo inicial	504.285	6029
Constituições	804.887	585.060
Reversões	(795.493)	(86.804)
Saldo final	**513.679**	**504.285**

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	2022	% Carteira Total	2021	% Carteira Total
Maior Devedor	31.082	1,76%	17.745	1,00%
10 Maiores Devedores	98.279	5,56%	83.988	4,75%
50 Maiores Devedores	302.631	17,13%	286.996	16,24%

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

7 OUTRAS CONTAS A PAGAR

7.1 Impostos e Contribuições a Recolher

Instituição	2022	2021
INSS a recolher	18.462	20.111
FGTS a recolher	4.539	3.673
IRRF a recolher	9.260	23.971
PCC a recolher	1.054	2.548
COFINS a recolher	6.457	7.018
IRPJ a recolher	16.103	7.276
CSLL a recolher	8.153	3.209
Outros	2.385	2.920
Total	**66.413**	**70.726**

7.2 Salários e Encargos

Instituição	2022	2021
Provisão de férias e encargos	67.175	41.407
Pro labore a pagar	6.584	27.565
Salários e encargos a pagar	20.431	20.872
Convênios a pagar	215	331
Total	**94.405**	**90.175**

8 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é composto por 500.000 (quinhentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ao preço de emissão de R$ 10,00 cada, totalizando R$ 5.000.000,00 divididos como segue:

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

	Participação	Ações	2022	2021
Ried Participações Ltda	75%	375.000	3.750.000	3.750.000
EDMMD Participações Ltda	25%	125.000	1.250.000	1.250.000
Em 31 de dezembro de 2021	**100%**	**500.000**	**5.000.000**	**5.000.000**

Conforme estatuto social, cada ação ordinária confere a seu titular o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

9 PREJUÍZOS ACUMULADOS

	2022	2021
Saldo em 31/12/2021	(758.834)	(477.452)
Resultado 1º semestre	(228.722)	36.258
Resultado 2º semestre	(129.345)	(317.640)
Saldo em 31/12/2022	**(1.116.901)**	**(758.834)**

10 RECEITAS OPERACIONAIS

10.1 Receitas de operações de crédito

	2022		2021	
	2º Semestre	2022	2º Semestre	2021
Rendas de empréstimos	658.630	1.441.360	773.267	1.435.772
Juros de mora de empréstimos	156.832	301.769	115.878	167.191
	815.462	**1.743.128**	**889.145**	**1.602.963**

10.2 Receitas com títulos e valores mobiliários e aplicações

	2022		2021	
	2º Semestre	2022	2º Semestre	2021
Rendas de títulos de renda fixa	104	236	61	79
Aplicações em fundos de investimento	171.847	311.445	89.399	130.351
	171.951	**311.681**	**89.460**	**130.430**

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

11 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 20.000,00 no mês para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

	2º semestre 2022		2022	
	Imposto de renda	**Contribuição social**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**
Resultado do exercício	(72.844)	(72.844)	(257.772)	(257.772)
(+) Adições	377.899	377.899	804.887	804.887
(-) Exclusões	79	79	(12.593)	(12.593)
(-) Compensação	(87.895)	(87.895)	(150.238)	(150.238)
Base de cálculo	217.239	217.239	384.284	384.284
Alíquota máxima	25%	9%	25%	9%
Impostos apurados	42.310	19.552	72.071	34.586
Ajustes nos tributos	(4.268)	(1.093)	(5.269)	(1.093)
Tributos no resultado do exercício	**38.042**	**18.459**	**66.802**	**33.493**

No tocante ao regime tributário adotado pela companhia, a Tanger Sociedade de Crédito Direto S/A se utiliza das alíquotas básicas conforme legislação vigente ao regime do lucro real por ausência de previsão legal para sociedades do setor financeiro enquadradas no segmento S5 da regulação prudencial do Banco Central do Brasil.

Os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre a Tanger Sociedade de Crédito Direto S/A, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

12 DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Semestre	2022	2º Semestre	2021
Despesas Administrativas				
Ordenados e salários	(381.450)	(763.954)	(391.039)	(653.375)
Honorários Diretoria	(87.685)	(301.433)	(239.134)	(324.810)
Serviços de Terceiros	190.622	(33.838)	(201.899)	(357.590)
Serviços do Sistema Financeiro	(33.475)	(58.339)	(27.279)	(43.845)
Materiais de escritório	(387.654)	(391.184)	(1.692)	(3.111)
Despesas Administrativas	(699.642)	(1.548.748)	(861.043)	(1.382.731)
Outras despesas operacionais	(51.768)	(109.127)		
Despesas tributárias	(972)	(972)	(884)	(1.768)
Aprovisionamentos e ajustes patrimoniais				
Amortização intangível	(1.745)	(3.166)	(1.124)	(1.938)
Provisões para operações de crédito	(377.899)	(804.887)	(426.208)	(579.032)
Aprovisionamentos e ajustes patrimoniais	(379.644)	(808.053)	(427.332)	(580.970)
Despesas Operacionais	**(1.132.026)**	**(2.466.900)**	**(1.289.259)**	**(1.965.469)**

13 RELATÓRIO DA ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO CENTRALIZADO DE RISCOS E DE CAPITAL DO SISTEMA DE SOCIEDADE DE CRÉDITO DO BRASIL (TANGER) ANO 2022

Apresentação

I. Aprimorando a harmonização, a integração e a racionalização de processos, e baseado no princípio de organização sistêmica, a Tanger utiliza estruturas centralizadas de gerenciamento de capital e dos riscos operacional, de mercado, de liquidez e de crédito.

II. A alocação racionalizada de recursos, a definição de responsabilidades e de processos integrados e a aplicação das melhores práticas de gerenciamento de riscos e de capital conferem mais transparência, eficácia e tempestividade às atividades da entidade.

III. Na Tanger, as estruturas centralizadas de gerenciamento de riscos e de capital são compatíveis com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos da entidade.

IV. A implantação das estruturas centralizadas não desonera a entidade da Tanger de suas responsabilidades pela gestão de riscos e de capital, na forma da regulamentação aplicável.

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

V. O Conselho de Administração ou, na sua inexistência, a Diretoria da entidade, é responsável pelas informações divulgadas neste relatório.

13.1 Risco Operacional

a) As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política de Gestão Integrada de Riscos que foi aprovada por dois membros da Diretoria Executiva da Tanger Sociedade de Crédito Direto S/A em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017.

b) O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

c) As boas práticas envoltas aos riscos operacionais do negócio encontram-se em fase de desenvolvimento pela companhia para implementação de atividades como avaliação, gerenciamento e monitoramentos dos riscos previstos em Matriz de Riscos e Controles, capacitação de todos os empregados e prestadores de serviços relevantes, infraestrutura de TI que assegura integridade e segurança, critérios de decisão quanto a terceirização e seleção de seus prestadores.

d) A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA), sendo dispensadas deste cálculo as companhias enquadradas no Regime Prudencial Simples (RPS).

13.2 Risco de Mercado e de Liquidez

a) O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções BACEN 4.557/2017.

b) No gerenciamento do risco de mercado estão previstos inicialmente dois eventos que podem vir a ser identificados pela companhia que demandará ações: a) variação das taxas de juros e de preços de ações para os instrumentos classificados na carteira de negociação; e b) variação cambial e dos preços de mercadoria (*commodities*) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

c) No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar, mensurar e controlar a exposição e/ou mitigação ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de *stress* e planos de contingência.

d) Conforme o artigo 25° da Resolução CMN nº 4.557/2017 (Risco de Mercado) e o art. 37° da Resolução CMN nº 4.557/2017 (Riscos de Liquidez), a companhia ainda não aderiu à estrutura pois estes temas estão em fase de desenvolvimento.

e) A alocação de capital é dispensada para as companhias enquadradas no Regime Prudencial Simples (RPS).

13.3 Risco de Crédito

a) O gerenciamento de risco de crédito da companhia objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

b) Conforme Resolução BACEN nº 4.512/2016, a companhia aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito para constituição de provisão para cobertura das perdas associadas aos desembolsos vinculados as garantias financeiras prestadas sob qualquer forma, de acordo com modelos e práticas reconhecidas em face do risco de crédito.

c) As práticas pertinentes a definição de critérios e procedimentos para o efetivo gerenciamento de risco de crédito compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos/serviços oferecidos e proporcionalidade da dimensão da exposição ao risco de crédito da companhia se encontra em fase de desenvolvimento.

d) Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para a Tanger, além do monitoramento das carteiras de crédito da companhia.

13.4 Gerenciamento de Capital

a) A estrutura de gerenciamento de capital objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 4.557/2017.

b) O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento e controle com objetivo de:

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

i. Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as companhias estão sujeitas;
ii. Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da companhia;
iii. Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

c) Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital da companhia Tanger Sociedade de Crédito Direto S/A.

d) As boas práticas em conformidade com a forma instruída na Resolução CMN 4.557/2017 estão em fase de desenvolvimento pela companhia.

Marco Andrei Martins Domingues
Diretor-Presidente

Orual Alves Garcia
Contador – CRC 094694/O-4

* *

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

Tanger Sociedade de Crédito Direto S/A

Demonstrações contábeis referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2022 e relatório dos auditores independentes

Approach Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos diretores e conselheiros fiscais da
TANGER SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A
Lins - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Tanger Sociedade de Crédito Direto S/A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção a nota explicativa n° 11 sobre o regime tributário do lucro real adotado pela companhia Tanger Sociedade de Crédito Direto S/A, constituída da provisão para a contribuição social à alíquota-base de 9% sobre o lucro líquido com base no entendimento da administração e seus consultores jurídicos.

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individual e condensada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil de acordo com o Pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas, e Resolução CMN 4720/2019, alterada pela Resolução CMN 4818/2020, aplicáveis as companhias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a companhia pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Presidente Prudente, 22 de março de 2023.

Approach Auditores
Approach Auditores
Independentes S/S
CRC 2SP023119/O-0

Leandro Antonio Marini Pires
Sócio
Contador CRC 1SP185232/O-3